



Administração informou que não vai retirar os alvarás dos comerciantes que têm permissão para a ocupação

Fiscalização no Plano Piloto

ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA SUSPENDERÁ ALVARÁS DE BARES E RESTAURANTES QUE INVADEM ÁREA PÚBLICA IRREGULARMENTE. SINDHOBAR DIZ QUE EXTENSÕES MELHORAM ATENDIMENTO

Éderson Marques

Bares e restaurantes que ocupam área pública em Brasília correm o risco não conseguir a renovação do alvará de funcionamento. A Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas está trabalhando para combater a apropriação indevida de vários comerciantes dessas áreas que, na maioria das vezes, são varandas que servem como extensão de seus estabelecimentos. Nas Asas Norte e Sul é muito normal esse tipo de edificação para o acomodamento dos clientes.

O presidente do Sindicato dos Bares, Restaurantes, Ho-

téis e Similares do Distrito Federal (Sindhobar), Cézar Gonçalves, explica que como as lojas nessas áreas são de apenas 33 metros quadrados, faz-se necessário o uso de tal ferramenta para melhor atender o público. "Além disso, as áreas são supervalorizadas, o que inviabiliza o comerciante de ter dois estabelecimentos", disse Gonçalves, que cobra uma definição imediata do governo para o impasse.

A Administração de Brasília informou que não vai retirar os alvarás dos comerciantes que têm permissão para a ocupação. Segundo o administrador Clayton Aguiar, somente aqueles que ocuparam áreas

irregularmente terão as permissões suspensas. "A desocupação e a fiscalização das áreas públicas em todo o Distrito Federal são de responsabilidade da Secretaria de Fiscalização. Nós só vamos tomar conta da parte burocrática, como suspensão de alvarás e autorização para a ocupação de mais alguma área pública", disse.

O secretário de Fiscalização de Atividades Urbanas, Vatanábio Brandão, confirmou as declarações de Aguiar. Para ele, as fiscalizações serão permanentes e a Secretaria não permitirá nenhuma nova situação, pois é necessário zelar pelo patrimônio da humanidade que é Brasília. "Caso seja encontra-

da alguma irregularidade nos comércios, como a mudança de destinação dos estabelecimentos, imediatamente vamos proceder à suspensão da permissão de uso e à desobstrução da área pública ocupada", explicou Vatanábio.

De acordo com Gonçalves, existem muitas dúvidas sobre essa nova política pretendida pelo governo. Uma delas diz respeito à comercialização dos estabelecimentos que têm a permissão. Nesse caso, explica Vatanábio, não será mais concedida permissão para atuação em área pública, visto que esta é de caráter intransferível. Segundo o secretário, nenhum comerciante pode ne-

gociar uma área que não lhe pertence, como é o caso das permissões para o uso das áreas públicas.

Gonçalves teme, com essa política, um agravamento na crise do setor, que já acumula prejuízo de 21% nos últimos sete meses. Ele alerta para o possível aumento do desemprego caso a medida seja mesmo adotada no Plano Piloto. De acordo com dados do Sindhobar, 52% do comércio na Asa Sul depende das áreas públicas. Para o presidente da entidade, se algum dia as áreas públicas forem desobstruídas, cerca de 10 mil pessoas estarão desempregadas imediatamente.